

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

PROGRAMA RS TECNÓPOLE

Porto Alegre, abril de 2011.

1. CONCEITOS BÁSICOS E ANTECEDENTES

A inovação e a difusão tecnológica tornaram-se elementos fundamentais ao desenvolvimento regional e o estímulo aos *habitats* de inovação tem sido uma das principais alternativas utilizadas pelos agentes públicos na busca do desenvolvimento de suas regiões. Os *habitats* de inovação são ambientes propícios ao desenvolvimento tecnológico, dotados de infra-estrutura adequada, com programas que estimulam a sinergia entre poder público, meio empresarial e acadêmico. Esses ambientes podem se constituir em incubadoras e condomínios de empresas de base tecnológica; parques científicos e tecnológicos; pólos tecnológicos; arranjos produtivos locais - APLs; e tecnópolis.

Tecnópolis é uma região que se transforma para enfrentar os desafios da sociedade do conhecimento, tendo com fatores fundamentais a educação e a capacidade de inovar (Spolidoro,1994). Nesse sentido, entende-se que uma tecnópolis deve agregar um conjunto de programas e ações com o objetivo de estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico e regional.

As tecnópolis estão na base da redefinição das condições e dos processos de desenvolvimento local e regional (Castells e Hall, 1994) e, para atingir seus objetivos, as tecnópolis promovem a articulação entre agentes heterogêneos e transformações no espaço regional - a região tecnopolitana.

No Brasil as transformações tecnopolitanas vêm ocorrendo de forma intensa e no Rio Grande do Sul destacou-se o Programa Porto Alegre Tecnópolis (PAT). O PAT surgiu em 1995, a partir da necessidade de preparar a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) para enfrentar os desafios da nova economia. Participavam do PAT nove instituições representativas do Governo, dos empresários, do meio acadêmico e da sociedade civil e o Poder Público assumiu o papel estratégico de articulador entre os diferentes agentes envolvidos no processo de inovação.

Cabe ressaltar que a experiência de articulação de atores da tríplice hélice (Governo, Empresas e Universidades) do PAT teve um impacto positivo na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico da RMPA e gerou iniciativas que permitiram a implantação de projetos determinantes para o atual perfil tecnológico da região. A CEITEC, empresa pública de semicondutores, diversas incubadoras de empresas e parques tecnológicos, com destaque para o Polo de

Informática de São Leopoldo (TECNOSINOS), o Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (TECNOPUC) e o Parque Tecnológico do Vale dos Sinos (VALETEC) são exemplos deste desenvolvimento.

Essa experiência de sucesso do PAT é a base para uma proposta mais ampla que contemplaria a totalidade do Estado do RS. Nesse sentido as mudanças locais, nacionais e internacionais dos últimos anos fazem-nos refletir sobre as novas prioridades de um projeto como esse.

Nesse novo foco, é imperioso que se pense em mudar o perfil de desenvolvimento do Estado, as taxas de crescimento do PIB gaúcho, adensar cadeias produtivas e reduzir as assimetrias regionais, como prioridades desse Programa Estadual, plenamente afinado com a visão de futuro e os objetivos do atual Governo do Rio Grande do Sul.

Para tanto é fundamental ter uma visão clara e moderna do papel da Pesquisa, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação para o desenvolvimento econômico e social sustentando e promover ações articuladas com as Universidades, com as associações representativas dos trabalhadores e com as instituições empresariais engajadas na construção de uma sociedade fortemente baseada no conhecimento. Dessa forma vislumbra-se situar o Estado de forma diferenciada no contexto nacional e aproveitar o potencial humano existente.

Propõe-se então, a estruturação de um Programa de abrangência regional, o RS Tecnópole, que inclua a participação de instituições dos âmbitos local, estadual e federal. A seguir, apresenta-se a proposta de criação do Programa descrevendo seus objetivos e estrutura.

2. O PROGRAMA RS TECNÓPOLE

O RS Tecnópole é um programa estadual que visa iluminar o Rio Grande do Sul por meio da criação de condições objetivas para a atração de novos investimentos e o florescimento de projetos locais de desenvolvimento que tenham por base o conhecimento científico e tecnológico de alto valor agregado, com foco na inovação e no desenvolvimento sustentável. Para tanto, propõe-se a fomentar a cultura empreendedora, mapear e impulsionar os habitats de inovação, articular programas existentes na SCIT com os de outras Secretarias de Estado, tais como Polos de Inovação Tecnológica, Parques Tecnológicos, APLs, Conselhos Regionais

de Desenvolvimento (COREDES) e outros. Além disso, visa desenvolver novas ações, com base nas diretrizes estratégicas do Rio Grande do Sul, alinhando-se com o Governo Federal e com as melhores práticas internacionais.

3. OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA RS TECNÓPOLE

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação através da articulação de atores das Universidades, dos Setores Produtivos e do Poder Público, em todas as regiões do Estado, visando fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo, oportunizar o desenvolvimento regional, impulsionar os habitats de inovação e constituir uma rede estadual de parques científicos e tecnológicos, respeitando as características regionais e, com isso, estimulando os setores estratégicos e valorizando o potencial humano existente no Estado.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA RS TECNÓPOLE

- Promover a elevação do nível de renda, a geração de oportunidades de trabalho qualificado e a ampliação da capacidade de investimento público nas diversas regiões do Estado;
 - criar condições favoráveis ao desenvolvimento dos *habitats* de inovação e estimular ações concertadas através da criação de uma rede de parques científicos e tecnológicos;
 - articular as ações transversais voltadas à ampliação da inclusão digital no Estado;
 - identificar e promover os setores estratégicos e portadores de futuro no Estado;
 - oportunizar o surgimento de novos setores econômicos, com a implantação de empresas de base tecnológica, acompanhando a estratégia nacional;
 - reunir as instituições representantes da sociedade em geral e de setores estratégicos em torno de uma política de desenvolvimento da cultura da inovação e do empreendedorismo;

- oportunizar a reestruturação produtiva em setores impactados pela globalização;
- investir no registro do conhecimento inovador e na transferência de tecnologia, como recurso estratégico para a internacionalização, com alto valor agregado, da produção gaúcha;
- estimular a articulação entre Universidade e empresas que atuam estrategicamente na promoção do desenvolvimento tecnológico inovador e sustentável;
- estabelecer uma governança, através do trabalho em rede, que estimule a interação entre atores e a articulação de projetos voltados para o desenvolvimento tecnológico do Estado;
- Estimular o governo a atuar, em todas as suas instâncias, como articulador de políticas e ações que visam fomentar a cultura empreendedora, com foco na inovação e no desenvolvimento sustentável.

5. CONVERGÊNCIA DE PROJETOS DA SCIT NO PROGRAMA RS TECNÓPOLE: POLOS, PARQUES TECNOLÓGICOS E OUTROS

A SCIT vem desenvolvendo um conjunto de projetos cujos objetivos integram os do RS Tecnópole. São eles: Programa de Polos de Modernização Tecnológica; Programa de Apoio a Parques Tecnológicos (PGTEC), a Rede PETRO e a Rede FITO. Esses Programas visam o desenvolvimento regional do Estado e apoiam projetos de parceria entre Universidades e Empresas, no intuito de fomentar a inovação tecnológica em setores portadores de futuro e setores emergentes, nas regiões desses Pólos e Parques Tecnológicos. Atualmente há no Estado 24 Pólos de Inovação Tecnológica, em 20 COREDES distintos, 3 parques tecnológicos constituídos e 11 parques tecnológicos cadastrados no PGTEC.

A Rede PETRO /RS é uma ação de articulação entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 10 universidades, 90 laboratórios e centros de pesquisa, e cerca de 370 empresas, que tem como missão promover e fortalecer a base tecnológica local dos fornecedores de bens e serviços para os setores de petróleo, gás e energia. Cabe salientar que o RS lidera a produção de biodiesel e de energia eólica no país e abriga diversos centros de pesquisa sobre fontes alternativas de

energia, o que torna urgente a definição de uma agenda sobre energias renováveis. A Rede PETRO também poderá atuar na consolidação do Polo Naval de Rio Grande.

A Rede FITO encontra-se desativada desde 2007, no entanto, percebe-se a importância de uma real integração das diferentes áreas de conhecimento tais como: química, bioquímica, farmacologia, botânica, tecnologia farmacêutica, saúde, etc, para obter resultados efetivos na produção de fármacos e fitofármacos, no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, uma das áreas de base do RS Tecnópole abrange os programas e os projetos da SCIT relacionados ao desenvolvimento tecnológico regional visando à coordenação sinérgica destes, bem como, a inclusão de novos projetos das instituições parceiras.

6. ESTRUTURA DO PROGRAMA RS TECNÓPOLE

A estrutura do RS Tecnópole terá quatro áreas de atuação, para as quais serão constituídos Grupos de Trabalho, específicos para cada temática. São elas:

- Desenvolvimento científico e tecnológico regional;
- articulação e inclusão digital;
- promoção de setores estratégicos; e
- fomento à inovação.

Além dessas áreas de atuação, o RS Tecnópole também prevê ações para regiões específicas e propõe três linhas de ação regional prioritárias. São elas:

- Polo Metropolitano de Alta Tecnologia;
- Polo Naval; e
- interiorização do desenvolvimento.

7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO PROGRAMA RS TECNÓPOLE

A articulação de atores com interesses difusos e a busca de complementariedade nas ações é um desafio central na operacionalização do Programa. A estrutura de governança do RS Tecnópole tem como objetivo estimular a interação desses atores e desenvolver, de maneira articulada, os diferentes

projetos das instituições participantes do Programa. Para tanto, prevê-se a realização de um Plano de Ação.

A estrutura de Governança do RS Tecnópole deverá ser integrada por:

- Um Comitê Gestor;
- uma Gerência Executiva; e
- quatro grupos de trabalho, conforme consta na figura 1.

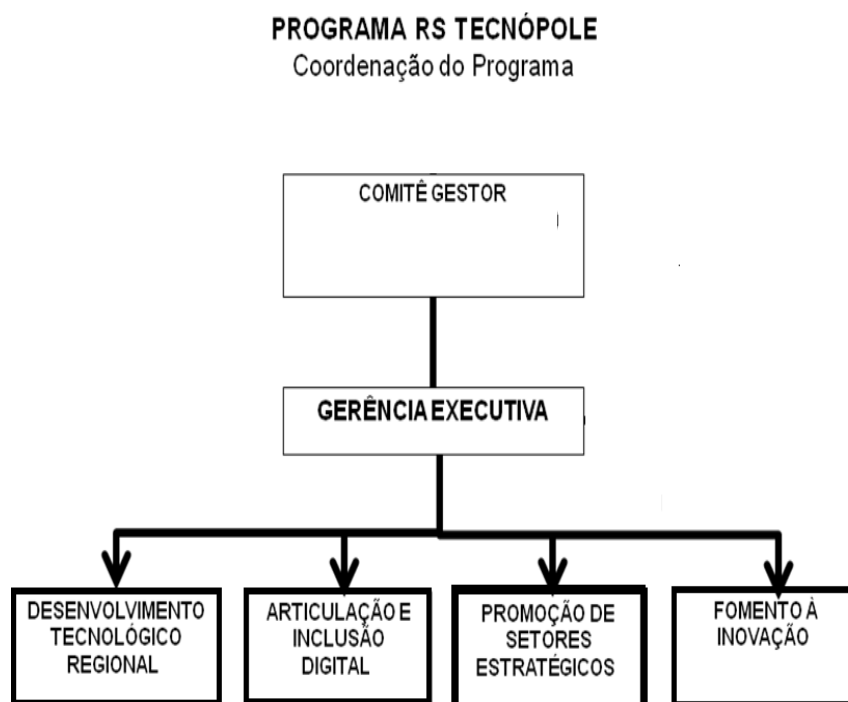


Figura 1: Governança do RS Tecnópole

A SCIT será responsável pela coordenação estratégica do RS Tecnópole e as ações táticas deverão ocorrer no Comitê Gestor, formado por nove (9) instituições representativas do governo, universidades, meio empresarial e trabalhadores. O poder público, através da SCIT, assumirá o papel de coordenador e articulador entre os diferentes agentes envolvidos no processo de formação e desenvolvimento do Programa. Além da SCIT, também atuarão a Secretaria do Desenvolvimento e Promoção de Investimentos (SDPI) e a Secretaria de Planejamento e Participação Cidadã (SEPLAG), no âmbito estadual, e o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), no âmbito federal. A instituição representativa das universidades será o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação (FOPROP-RS).

O meio empresarial participa por intermédio da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS). A sociedade civil é representada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e por um representante dos trabalhadores.

Compete ao Comitê Gestor:

- Apoiar a SCIT na formulação das diretrizes do RS Tecnópole;
- deliberar sobre as ações a serem implementadas;
- orientar, apoiar, controlar as atividades do gestor; e
- estimular a adesão de novos parceiros.

O coordenador do Comitê Gestor realizará a coordenação geral e institucional do RS Tecnópole.

A Gerência Executiva terá como objetivos promover a realização do Plano de Ação e será composta por:

- Um gestor;
- um secretário; e
- uma assessoria técnica.

Os grupos de trabalho, constituídos por técnicos representantes das instituições parceiras, serão responsáveis pela execução das diretrizes do planejamento estratégico e do Plano de Ação.

8. BIBLIOGRAFIA

CASTELLS, M. E HALL, P. Tecno-polis del mundo: la formacion de los complejos industrials del siglo xxi. Madrid: Alianza, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Termo de Referência do Porto Alegre Tecnópole. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio, 1995.

SPOLIDORO, R. As tecnópoles e um projeto nacional para o futuro. Colóquio Franco-Brasileiro de Tecnópoles, Goiânia, 1994.